

# Calçamento paulista com formato do estado teve autoria apagada

Criação de Mirthes Bernardes, em concurso de 1966, virou símbolo sem crédito

Às vésperas de completar seis décadas, o calçamento paulista volta ao centro do debate urbano em São Paulo não apenas como um símbolo da cidade, mas como um caso emblemático de apagamento de autoria. O desenho que se tornou padrão nas vias públicas da capital foi criado por Mirthes Bernardes, funcionária da Prefeitura que venceu um concurso municipal nos anos 1960, mas nunca recebeu o devido reconhecimento público nem retorno financeiro pela criação.

A revelação é detalhada em um artigo publicado na revista *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, que resgata documentos oficiais, reportagens da época e depoimentos familiares para reconstruir a trajetória da autora. O estudo mostra que o projeto vencedor foi escolhido em concursos realizados entre 1965 e 1966, durante a gestão do prefeito Faria Lima, período em que a administração municipal buscava consolidar uma identidade visual própria para São Paulo.

## Proposta

A proposta de Mirthes se destacou por apresentar um desenho estilizado do mapa do Estado de São Paulo, com leitura clara, fácil reprodução e forte carga simbólica. A ideia atendia ao objetivo da Prefeitura de criar um elemento urbano reconhecível, à semelhança da calçada de Copacaba-



Reprodução/YouTube

*Concurso público municipal da década de 1960 definiu o desenho do calçamento paulista*

na, no Rio de Janeiro, e das soluções arquitetônicas de Brasília. Com o tempo, o piso se espalhou por ruas, praças e áreas centrais da capital, tornando-se parte do cotidiano dos paulistanos.

Apesar do sucesso do projeto, a pesquisa aponta que o nome da autora foi sistematicamente omitido nos registros oficiais e na cobertura da imprensa. Em comunicados internos da Prefeitura, o desenho vencedor chegou a ser atribuído apenas a uma funcionária municipal, sem identificação nominal. Reportagens publica-

das à época divulgaram o resultado do concurso, mas ignoraram a autoria dessa criação.

## De quem era?

Mirthes Bernardes era servidora pública e atuava como desenhista na Prefeitura de São Paulo. Natural de Barretos, no interior paulista, nasceu em 1934, formou-se em Pedagogia e Serviço Social e também produziu obras artísticas em cobre esmaltado.

O desenho do calçamento, segundo familiares, foi feito de forma espontânea e permaneceu

guardado até que colegas de trabalho de Mirthes a incentivassem a inscrevê-lo no concurso.

Entre 1966 e 1967, Mirthes chegou a ser orientada a buscar o registro de patente e os direitos autorais da criação, mas o processo não avançou. Em entrevistas concedidas anos depois, ela demonstrou frustração por nunca ter recebido compensação financeira pelas inúmeras reproduções do desenho ao longo das décadas.

## Bastidores do concurso

O artigo também recupera os

bastidores do concurso que definiu o padrão do piso paulista. Quatro propostas chegaram à fase final e foram expostas na Rua da Consolação, no centro da cidade. A escolha foi feita por um júri popular, que era formado por jornalistas convidados pela Prefeitura. Entre os trabalhos concorrentes estavam desenhos inspirados em grãos de café, setas que indicavam direção e uma proposta abstrata que representava o relevo urbano da capital.

## Pesquisa do artigo

A pesquisa evita atribuir intencionalidade direta ao apagamento da autoria, mas levanta a hipótese de que fatores como o fato de Mirthes ser mulher e não ocupar um cargo de destaque na estrutura administrativa tenham contribuído para sua invisibilidade. O estudo destaca ainda que, tecnicamente, a proposta vencedora se sobressaía pela funcionalidade, clareza gráfica e força simbólica, atributos que explicam sua adoção em larga escala.

Ao resgatar a história por trás do calçamento paulista, o artigo reacende a discussão sobre o reconhecimento autoral, a memória urbana e o papel das mulheres na construção da paisagem das cidades. Mais do que um elemento do mobiliário urbano, o piso passa a ser também um marco de uma autoria que, por décadas, permaneceu invisível.

## Vale do Anhangabaú recebe basquete grátis em janeiro

Divulgação/Prefeitura de São Paulo

O Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, terá programação gratuita de basquete ao longo de janeiro como parte do SESC Verão 2026, entre os dias 19 e 31, sempre a partir das 11h, e aposta na ocupação do espaço público com esporte, lazer e atividades voltadas ao bem-estar da população. Pelo segundo ano seguido, o projeto reúne as unidades Sesc São Bento, Sesc Carmo e Sesc Galeria em uma ação conjunta que busca ampliar o acesso às práticas físico-esportivas e estimular a convivência em um dos principais cartões-postais da cidade. Durante o período, o público poderá utilizar uma quadra oficial de Basquete 3x3, além de estruturas de apoio para atletas e espectadores. A programação inclui vivências esportivas, jogos recreativos e oficinas para crianças, jovens e adultos. Também



*Não há necessidade de inscrição prévia nem limite de idade*

estão previstos torneios amadores, apresentações especiais e o tradicional Show de Enterradas, atraindo quem acompanha o esporte e quem passa pelo local.

Três quadras serão instaladas para atender às diferentes atividades. Os destaques ficam por

conta dos Festivais de Basquete 3x3, com participação de atletas reconhecidos. Não há necessidade de inscrição prévia nem limite de idade para participar. Mais informações podem ser acompanhadas nas redes sociais do @novoanhangabau.

## Prefeitura promove 2º workshop climático

A Prefeitura de São Paulo promoveu, na última quinta-feira (11), o 2º Workshop de Orçamento Climático, com o objetivo de fortalecer a integração da agenda ambiental ao planejamento financeiro do município. O evento foi realizado no Edifício Martinelli e reuniu gestores públicos, especialistas e técnicos da administração municipal. Na abertura, representantes de diferentes secretarias ressaltaram a importância da articulação entre áreas, do uso qualificado de dados e da adoção de estratégias para ampliar a eficiência do gasto público voltado às ações climáticas.

Um dos destaques do encontro foi a atualização sobre o andamento do Orçamento Climático da cidade, metodologia que permite mapear e mensurar iniciativas de mitigação e adaptação às mudanças do clima

dentro do orçamento municipal. A ferramenta tem contribuído para dar mais clareza à priorização de políticas públicas e à alocação de recursos.

A previsão é que, em 2026, o Orçamento Climático de São Paulo chegue a R\$ 28,8 bilhões, consolidando a capital paulista entre as que adotam práticas avançadas de planejamento climático no setor público.

Os participantes também debateram desafios para a consolidação do modelo, como a necessidade de capacitação técnica permanente e o fortalecimento da integração entre as secretarias. Além disso, foram apresentados exemplos internacionais de sucesso, com experiências de cidades como Oslo, na Noruega, e Nova Iorque, nos Estados Unidos, que servem de referência para o aprimoramento das políticas locais.